

# Análise Semiótica Crítica e Economia Política Cultural<sup>1</sup>

Bob Jessop\*

**Resumo** Defendo aqui a idéia de uma “Economia Política Cultural” (“*Cultural Political Economy*” - CPE), explorando o papel constitutivo da semiose nas atividades econômicas e políticas, nas instituições econômicas e políticas, e na ordem social em geral. A abordagem da CPE é pós-disciplinária: ela adota a “virada cultural” na pesquisa econômica e política, sem descuidar da articulação entre a semiose e as materialidades interconectadas da econômica e da política, dentro de formações sociais mais amplas. Essa abordagem é ilustrada pela emergência da Economia baseada em Conhecimento (“*Knowledge-Based Economy*” - KBE), enquanto discurso-mestre tanto das estratégias de acumulação em diferentes escalas, dos projetos de estado e visões hegemônicas, e dos diversos sistemas funcionais e profissões, quanto da sociedade civil.

**Palavras-chave** semiose; economia e política; economia política cultural; economia do conhecimento; virada cultural

## Critical semiotic analysis and critical political economy

**Abstract** This article defends the idea of a *Cultural Political Economy* – CPE, exploring the constitutive role of semiotics in economic and political activities and in the social order in general. This approach is post-disciplinary: it adopts the "cultural turn" in economic and political research, while not ignoring the articulation between semiotics and the interconnected materialities in economics and politics, within broader social formations. This approach is illustrated in the *Knowledge-Based Economy* – KBE as a master-discourse in accumulation strategies at different scales, state projects and hegemonic views, and diverse functional systems and professions, as well as in civil society.

**Keywords** semiotics; economy and politics; cultural political economy; knowledge economy; cultural turn

## Introdução

Neste artigo, procuramos redirecionar a “virada cultural” das investigações políticas e econômicas, advogando a favor da “Economia Política Cultural” - CPE. Esta combina conceitos e instrumentos da análise semiótica crítica, e da crítica da economia política, no intuito de produzir uma abordagem distintiva, pós-disciplinar, das formações sociais capitalistas<sup>2</sup>. A CPE é

---

<sup>1</sup> Nota do tradutor: KBE: Knowledge based Economy.

\* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Lancaster, Reino Unido. Lancaster University Bailrigg, Lancaster. UK LA1 4YW. Sala do Instituto de Estudos Avançados, C23b. Email: b.jessop@lancaster.ac.uk

<sup>2</sup> Sobre CPE, ver Jessop e Sum (2001).

diferente de outras abordagens da “virada cultural”, em parte porque se concentra nos mecanismos decisivos que determinam a co-evolução dos aspectos semióticos e extra-semióticos da política econômica. Estes mecanismos são mediados pelas características gerais da semiose, bem como pelas formas particulares de dinâmicas institucionais do capitalismo. A combinação dessas mediações gerais e particulares sugere duas linhas de investigação. Primeiro, dada a infinidade de possíveis comunicações significativas e mal-entendidos permitidos pela semiose, como os fatores extra-semióticos, tanto quanto os semióticos, afetam a variação, seleção e retenção da semiose e suas práticas associadas, quando ordenam, reproduzem e transformam as formações sociais capitalistas? Segundo, dados as contradições, dilemas, indeterminância e total improbabilidade da reprodução capitalista, especialmente quando de suas crises recorrentes, qual é o papel da semiose na interpretação, construção, e estabilização temporária das formações sociais capitalistas? Antes de prosseguir, devo mencionar que abordagens análogas poderiam ser desenvolvidas para regimes não capitalistas, ao combinar a análise semiótica crítica com conceitos adaptados às suas respectivas formas econômicas e dinâmicas institucionais.

Na minha defesa da CPE, começarei apresentando argumentações ontológicas, epistemológicas e metodológicas sobre análise semiótica crítica e crítica da economia política, junto com certas reivindicações substanciais sobre o papel das práticas semióticas tanto na construção quanto na interpretação dos objetos e sujeitos econômicos. Um segundo conjunto de argumentos diz respeito à interação entre o semiótico e o extra-semiótico na constituição e reprodução do agenciamento e da estrutura. Esta abordagem é ilustrada a partir do surgimento da “Economia baseada em conhecimento” - KBE<sup>3</sup>, como solução semiótico-material instável, parcial e provisória, à crise do Fordismo Atlântico. Revela como a semiose, especialmente nas lutas ligadas às estratégias de acumulação, projetos de estado, e visões econômicas, contribui para a ascensão das economias pós-Fordistas em funcionamento e, por sua vez, de que maneira as condições prévias materiais estão envolvidas na seleção e consolidação dos discursos da KBE. Concluirei com algumas observações gerais sobre CPE<sup>4</sup> e estudos culturais.

## A propósito de Economia Política Cultural

A CPE se distingue por três traços teóricos. Primeiro, igual a outras correntes da economia política institucional e evolucionista, e em contraste com estudos genéricos sobre semiose, a CPE opõe análises trans-históricas, salientando que ambas a história e as instituições são importantes para as dinâmicas políticas e econômicas. Segundo, em contraste com outras correntes da economia política institucional e evolucionista, mas igual a outras variantes do materialismo cultural, a CPE leva a sério a “virada cultural”, salientando as relações complexas entre significações e práticas. E, terceiro, em oposição tanto a uma quanto à outra tradição mencionada, considerada separadamente, ela combina econômica política institucional e evolucionária com a “virada cultural”. Ela explora essas relações complexas através de três mecanismos evolucionários genéricos: variação, seleção e retenção (CAMPBELL, 1969). É o que refletem suas preocupações com a co-evolução de processos semióticos e extra-semióticos, e seu impacto conjunto na constituição de formações sociais capitalistas. A abordagem geral pode ser re-declarada na forma de quatro grandes linhas de argumentação.

Do ponto de vista da ontologia, a CPE sustenta que a semiose contribui para a constituição geral de sujeitos sociais e objetos sociais específicos e, *a fortiori*, a co-constituição e co-evolução

---

<sup>3</sup> Nota do tradutor: KBE é Knowledge based Economy.

<sup>4</sup> Nota do tradutor: CPE é Cultural Political Economy

destes em conjuntos maiores de relações sociais. A política econômica ortodoxa tende a naturalizar ou reificar seus objetos teóricos (como terra, máquinas, divisão do trabalho, dinheiro, *commodities*, economia da informação) e oferecer explicações pauperizadas de como os sujeitos e subjetividades são formados, e como diferentes modos de cálculo emergem, são institucionalizados e modificados. Em contraste, a CPE vê os objetos econômicos e sociais como construções sociais, historicamente específicas, mais ou menos (des)embutidas socialmente em redes maiores de relações sociais e conjuntos institucionais, mais ou menos personificados (“incorporados” e cerebralizados), e, precisando sempre de um trabalho de “conserto” social para sua reprodução. A construção social também envolve, obviamente, elementos materiais; mas estes podem ser articulados dentro de limites, de diversas formas, através da intervenção de práticas semióticas. Argumentos análogos aplicam-se ao estado e à política (JESSOP, 1990; 2002; MITCHELL, 1991).

Do ponto de vista epistemológico, a CPE critica as categorias e métodos típicos da economia política ortodoxa e salienta as inevitáveis contextualidade e historicidade das argumentações desta última relativas ao conhecimento. A CPE rejeita qualquer relato positivista ou universalista da realidade, rejeita a facticidade da dualidade sujeito/objeto, permite a co-constituição de sujeitos e objetos, e evita as abordagens reducionistas da análise econômica. Mas sublinha, também, a materialidade das relações sociais e salienta as restrições envolvidas em processos que operam ‘pelas costas’ dos agentes relevantes. Preocupa-se especialmente com as propriedades estruturais e dinâmicas que resultam dessas interações materiais. Escapa assim tanto do imperialismo sociológico do construcionismo social puro quanto do vazio voluntarista de certas linhas da análise de discurso, que parecem implicar que agentes podem querer qualquer coisa na existência, por -e através de- um discurso articulado apropriado. Em suma, a CPE reconhece ambos o papel constitutivo da semiose e os traços emergentes extra-semióticos das relações sociais, e seu impacto conjunto, nas capacidades de agir e de transformar.

Do ponto de vista metodológico, a CPE combina os conceitos e instrumentos da análise crítica semiótica com os da economia política crítica. A “virada cultural” inclui abordagens orientadas para a argumentação, narratividade, retórica, hermenêutica, identidade, reflexividade, historicidade e discurso; aqui, eu uso a semiose, i.e., a produção intersubjetiva do sentido, para abranger a todos<sup>5</sup>. Dado que todos assumem que a semiose é eficaz tanto em termos de causa que de sentido, e que os eventos e processos efetivos e seus efeitos emergentes podem ser *interpretados*, bem como *explicados*, pelo menos em parte, em termos de semiose. Portanto, a CPE examina o papel da semiose e das práticas semióticas não apenas no contínuo (re-)fazer das relações sociais, mas também na emergência contingente, consolidação provisória e realização em curso, de suas propriedades extra-semióticas.

Continuando com a argumentação metodológica, da mesma forma que existem variantes da “virada cultural”, também existem correntes diversas na economia política. Minha própria abordagem do CPE é principalmente extraída da tradição marxista. Esta examina a especificidade das formas básicas, contradições, tendências-crise e dilemas do capitalismo, suas condições de existência, e seu impacto potencial sobre outras relações sociais. Contudo, em contraste com o Marxismo ortodoxo, que, igual à economia ortodoxa, tende a reificar e essencializar os diferentes momentos da acumulação do capital, tratando-os como forças objetivas, uma CPE de inspiração marxista salienta sua natureza contingente e sempre tendencial. Porque, se os fenômenos sociais são constituídos discursivamente, e nunca alcançam um fechamento autoreprodutivo, isolados de outros fenômenos sociais, então devem ser tendenciais quaisquer necessidades naturais (propriedades emergentes) supostas nas relações

---

<sup>5</sup> Ao passo que a semiose se refere, inicialmente, à produção intersubjetiva de sentido, ela também é, de forma mais geral, um elemento/momento importante do ‘social’. A semiose envolve mais do que a linguagem (verbal) e inclui, por exemplo, diferentes formas de ‘linguagem visual’.

internas de um dado objeto. Tais propriedades só se realizariam plenamente se esse objeto fosse plenamente constituído e continuamente reproduzido através das práticas discursivas e sociais apropriadas. Isso é improvável, por inerência: as relações discursivas são polissêmicas e heteroglóssicas, as subjetividades são plurais e cambiáveis, e as propriedades extra-semióticas são sujeitas a perturbações materiais. Por exemplo, as relações capitalistas são sempre articuladas com outras relações de produção, e são, no máximo, relativamente dominantes; além do mais, sua operação é sempre vulnerável à disrupção, através de contradições internas, intrusão de relações ancoradas a outras ordens institucionais e “mundo da vida” (sociedade civil), e resistência enraizada nos conflitos de interesse, identidades em competição, e modos de cálculo rivais. As resultantes ameaças à unidade formal e/ou substantiva da relação do capital, significam que quaisquer tendências inerentes no capitalismo são elas mesmas tendenciais, ou seja, dependem da reprodução contínua da própria relação do capital. Combinada à economia política crítica - CPE, a análise semiótica crítica tem muito a nos oferecer tratando-se de explorar esta dinâmica duplamente tendencial (cf. JESSOP, 2001).

Substantivamente, dentro daquilo que é descrito enganosamente pela economia ortodoxa como sendo o nível macro, a CPE distingue a “economia efetivamente existente” como sendo a soma caótica de todas as atividades econômicas (definidas no sentido amplo como preocupadas com a apropriação e transformação sociais da natureza para fins de provisão material<sup>6</sup>) da “economia” (melhor dizendo: das “economias”, no plural) enquanto subconjunto dessas atividades, narrado imaginativamente, mais ou menos coerente. A totalidade das atividades econômicas é tão desprovida de estrutura e complexa, que não pode ser objeto de cálculo, administração, governança ou orientação. Em vez disso, essas práticas são sempre orientadas para subconjuntos de relações econômicas (sistemas ou subsistemas econômicos) que foram discursiva e, talvez, organizacional e institucionalmente fixados, enquanto objetos de intervenção. Isso envolve “imaginários econômicos”, que constituem seus subconjuntos com base na semiose. Além do mais, se esses imaginários se revelarem mais que “arbitrários, racionalísticos e voluntários” (GRAMSCI, 1971, p. 376-7), é que eles devem ter alguma correspondência significativa, embora necessariamente parcial, com as interdependências materiais reais na economia efetivamente existente e/ou nas relações entre as atividades econômicas e extra-econômicas. Estes subconjuntos são sempre definidos seletivamente – tanto por causa de capacidades cognitivas limitadas, quanto pelos vieses discursivos e materiais de epistemes específicos e paradigmas econômicos. Tipicamente – e em geral intencionalmente –, eles excluem elementos que são vitais para o desempenho global do subconjunto de relações econômicas (e extra-econômicas) que foram identificadas. Essas exclusões limitam, por sua vez, a eficácia das previsões da economia, administração, planejamento, orientação, governança, etc., porque essas práticas não levam em consideração (não podem, de fato) os elementos excluídos e seu impacto. Argumentos similares se aplicariam, com as devidas modificações, aos fenômenos ditos de nível macro ou meso, como os distritos industriais ou empresas individuais.

As economias imaginadas são constituídas discursivamente e reproduzidas materialmente em muitos sítios e escalas, em diferentes contextos espaço-temporais, e por vários horizontes espaço-temporais. Elas vão desde transações únicas até regimes “macro-econômicos”, passando por organizações econômicas estáveis, redes e clusters. Embora um escopo maciço de variações exista tipicamente, no nível transacional individual, os requisitos a médio-longo prazo da reprodução semiótica e material, de regimes macro-econômicos e meso-complexos, estreitam consideravelmente esse escopo. A seleção recursiva de práticas semióticas e processos extra-semióticos nessas escalas tendem a reduzir as variações inapropriadas, assegurando a “variedade

---

<sup>6</sup> Polanyi (1982) distingue as (a) atividades econômicas *substantivas* envolvidas no “provisionamento” material das (b) atividades econômicas *formais* (voltadas para o lucro, mediadas pelo mercado). Os imaginários econômicos predominantes nas sociedades capitalistas tendem a ignorar a gama completa de atividades econômicas substantivas em prol de certas atividades econômicas formais.

requisitada” (heterogeneidade constricta, mais que simples uniformidade) que suporta a coerência estrutural de atividades econômicas. Com efeito, as ordens semióticas estáveis, as seletividades discursivas, o aprendizado social, as dependências de trajetórias, as relações de poder, as complementaridades com patterns, e as seletividades materiais, tornam-se todos mais significantes, à medida que aumentam, dentro -e através- de diversos sistemas funcionais e no “mundo da vida”, as interdependências materiais e/ou problemas de articulação espacial e intertemporal. Contudo, esse conjunto crescente de contrições também revela a fragilidade e, de fato, a improbabilidade, de uma fácil reprodução das ordens sociais complexas. Isso realça a importância de reter um repertório apropriado de recursos materiais e semióticos e de práticas, que podem ser dispostos flexível e reflexivamente, em resposta às perturbações e crises emergentes (cf. GRABHER, 1994; JESSOP, 2003).

Os imaginários econômicos, que se desenvolvem nos níveis meso e macro, como forças econômicas, políticas e intelectuais, procuram (re)definir subconjuntos específicos de atividades econômicas, como sujeitos, sítios/*sites* e lances de competição e/ou como objetos de regulação, bem como procuram articular estratégias, projetos e visões orientadas para essas economias imaginadas. Entre as principais forças envolvidas nesses esforços encontram-se os partidos políticos, os “*think tanks*”, os organismos como a OCDE e o Banco Mundial, os interesses organizados como associações empresariais e sindicatos, e os movimentos sociais; a comunicação de massa também é um intermediário crucial na mobilização da elite e/ou do apoio popular, por trás dos imaginários em competição<sup>7</sup>. Essas forças tendem a manipular o poder e o conhecimento, a fim de assegurarem o reconhecimento das fronteiras, geometrias, temporalidades, dos agentes econômicos típicos, tendências e contra-tendências, dinâmica global distintiva, e requisitos de reprodução das diferentes economias imaginadas (DALY, 1991; MILLER; ROSE, 1993). Essas mesmas forças também buscam desenvolver novas formas estruturais e organizacionais, que ajudarão a institucionalizar essas fronteiras, geometrias, temporalidades, em um ajuste espaço-temporal, o qual poderá deslocar ou adiar as contradições e tendências à crise inerentes ao capitalismo. Apesar disso, em virtude dos imaginários econômicos em competição, dos esforços em competição para os instituir materialmente, e da inevitável incompletude na especificação de suas respectivas condições econômicas e extra-econômicas, cada “economia imaginária” só é constituída parcialmente. Há sempre elementos intersticiais, residuais, marginais, irrelevantes, recalcitrantes e nitidamente contraditórios, que escapam de qualquer tentativa de identificar, governar e estabilizar um dado “arranjo econômico” ou “ordem econômica” mais ampla (MALPAS; WICKHAM, 1995; JESSOP, 2002).

Entretanto, imaginários econômicos relativamente bem-sucedidos dispõem de sua própria força performativa e constitutiva no mundo material<sup>8</sup>. Por um lado, sua operação pressupõe ter, como elementos, um substrato de relações econômicas e instrumentalidades substantivas; por outro lado, quando um imaginário é operacionalizado e institucionalizado com êxito, ele transforma e naturaliza esses elementos e instrumentalidades em momentos de uma economia específica com propriedades emergentes específicas. De fato, os imaginários econômicos identificam, privilegiam e procuram estabilizar certas atividades econômicas em meio à totalidade das relações econômicas, e transformá-las em objeto de observação, cálculo e governança. As tecnologias da governança econômica, que operam ora mais semioticamente, ora mais materialmente<sup>9</sup>, constituem seus próprios objetos de governança, em vez de emergir para, - ou entendendo o efeito de - governarem objetos pré-constituídos (JESSOP, 1990; 1997). A terceira seção deste artigo ilustra esse processo com um estudo de caso da KBE.

---

<sup>7</sup> Não estou sugerindo aqui que a comunicação de massa possa ser completamente desamarrada das redes de relações sociais mais amplas em que operam; mas sim procurando salientar o reduzido papel de uma esfera pública autônoma na moldagem da semiose.

<sup>8</sup> De fato, não há imaginário econômico sem materialidade (Bayart 1994: 20-1).

<sup>9</sup> Embora todas as práticas sejam semióticas e materiais, a eficácia causal relativa desses elementos irá variar.

## A dialética entre seletividades semióticas e estruturais

A CPE não se interessa apenas pela forma como os textos produzem sentido, e como eles ajudam, portanto, a produzir estruturas sociais; também se preocupa com a forma como essa produção é constricta, tanto por traços emergentes não semióticos da estrutura social, quanto por fatores semióticos por inerência. Apesar de toda prática social ser semiótica (na medida em que acarreta necessariamente sentido), nenhuma prática social é redutível à semiose. A semiose nunca é um problema puramente intra-semiótico, desprovido de referências externas. Ela envolve mais que o simples jogo das diferenças entre as redes de signos. A semiose não pode ser compreendida sem que sejam identificadas e exploradas as condições extra-semióticas que a tornam possível, e asseguraram sua efetividade – o que inclui ambas a configuração global dos contextos específicos da ação semiótica e as complexidades do mundo natural e social no qual ocorre toda e qualquer semiose. Esta é o fundamento do conceito de “imaginário econômico” delineado acima. Porque os imaginários econômicos, além de proporcionarem um quadro semiótico para interpretar “eventos” econômicos, também ajudam a *construir* esses eventos e seus contextos econômicos.

O “jogo de diferenças” entre os significadores não poderia se sustentar se a semiose não estivesse extensamente embutida na prática material, nas constrictões e acessibilidade do mundo material. Embora as palavras e frases individuais não possuam relação de correspondência exata com os objetos a que se referem, o mundo ainda constricta a linguagem e os modos de pensar. Isso ocorre no passar do tempo, quando não a cada ponto do tempo. Nem todas as interpretações discursivas possíveis podem ser duradouramente construídas materialmente, e tentar realizá-las materialmente pode surtir efeitos despropositados (SAYER, 2000)<sup>10</sup>. O fracasso ou sucesso relativo das interpretações depende de como esses, tanto quanto qualquer tentativa de construção, correspondem às propriedades dos materiais (inclusive fenômenos sociais como atores e instituições) utilizados para construir a realidade social. Isso reforça os argumentos que formulei acima, sobre a dialética da discursividade e da materialidade, e a importância de ambas para um relato adequado da reprodução de políticas econômicas. Também oferece uma base para pensar a semiose em termos de variação, seleção e retenção – dado que há um escopo muito maior de variação aleatória nas interpretações únicas, do que nas interpretações suscetíveis de facilitar construções duradouras. Trataremos agora das condições que moldam a seleção e retenção de interpretações.

A estruturação social e, *a fortiori*, a estruturação das formações sociais capitalistas apresentam três aspectos semióticos gerais. Primeiro, as condições semióticas afetam a reprodução e a transformação diferenciais dos grupos sociais, das organizações, instituições e outros fenômenos sociais. Segundo, elas também afetam a variação, seleção e retenção dos traços semióticos do fenômeno social. E, terceiro, a inovação e emergência semiótica é uma fonte de variação que se introduz na transformação social. Em suma, a semiose pode gerar variação, ter efeitos seletivos, e contribuir para a retenção diferencial e/ou institucionalização do fenômeno social.

Tendo aceito os princípios gerais da análise semiótica crítica para focar problemas institucionais e evolucionários mais abrangentes na economia política, podemos notar que há uma variação constante, ciente ou não, nas práticas sociais aparentemente rotineiras. Isso levanta indagações sobre a regularização das práticas em condições normais, e sobre as possíveis fontes de transformação radicais, especialmente nas épocas de crise. Essa última conduz, tipicamente, a

---

<sup>10</sup> A respeito das bases pré-linguísticas e materiais da lógica, ver Archer (2000).

uma profunda desorientação cognitiva e estratégica das forças sociais, e à correspondente proliferação nas interpretações discursivas e soluções materiais propostas. Não obstante, os mesmos mecanismos básicos servem para selecionar e consolidar radicalmente novas práticas e estabilizar as práticas de rotina. Simplificando a análise de mecanismos evolucionários fornecida em Fairclough et al. (2003), e ampliando-a de forma a incluir tanto os fatores materiais quanto semióticos, podemos dizer que esse mecanismos abrangem:

- a) *Seleção* de discursos particulares (privilegiando apenas alguns discursos disponíveis, inclusive os emergentes) para interpretar eventos, legitimar ações, e representar (talvez auto-reflexivamente) fenômenos sociais. Aqui, os fatores semióticos operam influenciando a ressonância dos discursos em termos pessoais, organizacionais e institucionais, e meta-narrativos mais abrangentes, e limitando as combinações possíveis da semiose e das práticas semióticas dentro de uma dada ordem semiótica. Aqui, os fatores materiais também operam através de relações de poder conjunturais ou institucionalizadas, dependência-de-trajetória, e seletividades, inscritas estruturalmente.
- b) *Retenção* de certos discursos ressonantes (ex: inclusão no *habitus*, *hexis* e identidade pessoal de um ator, promulgação em rotinas organizacionais, integradas em regras institucionais, objetivação no ambiente edificado, tecnologias materiais e intelectuais, e articulação em estratégias de acumulação amplamente aceitas, projetos de estado, ou visões hegemônicas). Quanto maior o escopo de sítios (horizontal e verticalmente)<sup>11</sup> nos quais os discursos são retidos, maior o potencial para a institucionalização e integração efetiva dentro de padrões de coerência estruturada e compromisso duradouro. As influências constritoras das interdependências complexas e recíprocas também afetarão recursivamente o escopo para reter discursos ressonantes.
- c) *Reforço*, na medida em que existem dispositivos processuais, a privilegiarem esses discursos e suas práticas associadas, como também a eliminarem discursos e práticas contrárias. Isso pode envolver ambos a seletividade de discurso (ex: cadeias de gênero, estilos, identidades) e a seletividade material (ex: privilegiando certos sítios dominantes do discurso dentro e através de seletividades estratégicas, inscritas estruturalmente, de ordens organizacionais e institucionais específicas). Esses mecanismos reforçam recursivamente os gêneros, estilos e estratégias apropriados, e eliminam seletivamente alternativas inapropriadas; eles são particularmente poderosos quando operam por muitos sítios, em uma formação social, para promoverem discursos complementares dentro do conjunto social mais amplo.
- d) *Recrutamento seletivo, inculcação e retenção*, por grupos sociais, organizações, instituições relevantes, etc., de agentes sociais cujas predisposições atendem de forma máxima aos requisitos dos precedentes requisitos.

Essa lista ressalta o papel da semiose e seus suportes materiais, tratando-se de assegurar a reprodução social através da seleção e retenção de discursos que se suportam mutuamente. Inversamente, a ausência, ou fraqueza relativa, de uma ou mais dessas condições semióticas e/ou extra-semióticas pode solapar discursos dominantes prévios e/ou travar a seleção e retenção de discursos inovadores apropriados. Essa ausência ou fraqueza é especialmente provável em épocas de profunda desorientação, por causa de rápidas mudanças sociais e/ou crises que

---

<sup>11</sup> Horizontal refere-se aqui aos sítios em uma escala similar (ex: pessoal, organizacional, institucional, sistemas funcionais) e vertical refere-se a escalas diferentes (ex: micro-macro, local-regional-nacional-supranacional-global). O uso de ambos os termos deve ser relativo e relacional.

disparam inovações semióticas ou materiais maiores no mundo social. Talvez devêssemos notaraqui que o espaço semiótico e extra-semiótico para a variação, seleção e retenção é contingente, e não dado de antemão. Isso também contém os vários *e variantes* elementos semióticos e materiais, cuja seleção e retenção ocorre nesse espaço “ecológico”. Em um mundo complexo, há muitos sítios e escalas em que tais processos evolucionários operam e, para os presentes fins, o que importa é como os sítios e escalas locais são articulados para formarem sítios e escalas mais globais (gerais) e como estes últimos, por sua vez, enquadram, constroem e facilitam possibilidades locais (WICKHAM, 1987). Essas inter-relações são elas próprias moldadas pelas interações em curso entre os processos semióticos e extra-semióticos. Para ilustrar esses argumentos, vou introduzir agora o conceito de “ordem semiótica” (FAIRCLOUGH, 2003)<sup>12</sup>, e definir o “imaginário econômico” como sendo uma dessas ordens, dando como exemplo o caso da KBE.

Uma ordem semiótica é uma configuração específica de gêneros, discursos e estilos, e constitui, enquanto tal, o momento semiótico de uma rede de práticas sociais em um dado campo social, ordem institucional, ou formação social mais ampla. Os gêneros são formas de agir e interagir, vistas em seu aspecto semiótico específico, e servem, enquanto tal, a regularizar a (inter)ação. Podem ser, por exemplo, um “*script*” de uma central de atendimento.. Os discursos representam outras práticas sociais (e também a si próprios), bem como o mundo material, a partir de posições particulares no mundo social. Um caso relevante seria um discurso político particular, como o da “terceira via” (*New Labour*). Os estilos são formas de ser, identidades em seu aspecto semiótico (em oposição ao aspecto físico/material) específico. Uma instância disso seria o “novo” estilo gerencial descrito por Boltanski e Chiapello (1999). Gêneros, discursos e estilos são relacionados dialeticamente. Portanto, discursos podem ser promulgados como gêneros, e inculcados como estilos e, além do mais, serem exteriorizados em um escopo de fatos sociais objetivos e/ou materiais (por exemplo: segunda natureza, infra-estrutura física, novas tecnologias, novas ordens institucionais). A KBE pode ser lida como uma ordem semiótica distintiva que re-articula vários gêneros, discursos, e estilos, em torno de uma estratégia econômica original, projeto de estado, visão hegemônica, e que afeta diversas ordens institucionais e o “mundo da vida”.

## **Integração da Análise Semiótica Crítica à Economia Política**

Considerarei agora a emergência última da KBE como imaginário hegemônico, em resposta às crises interligadas dos regimes de produção de massa-consumo de massa do Fordismo Atlântico, as estratégias de aumento das exportações dos estados de crescimento nacional do leste da Ásia, e as estratégias de industrialização de substituição de importação das nações latino-americanas. Não vou abordar aqui o que causou essas crises complexas, multi-cêntricas, multi-escalares, e multi-temporais (ver JESSOP, 2002); em vez disso, me concentrarei na busca por meio de “tentativas-e-erros” para identificar uma resposta apropriada a essas crises. Um bom ponto de partida é o comentário de Gramsci sobre um período análogo, a crise do liberalismo, extraído de suas notas sobre ‘Americanismo e Fordismo’ (1971). Ele indicou que a emergência e consolidação de um novo regime econômico (*mercato determinato*), com suas próprias leis econômicas distintivas ou regularidades (*regolarità*), não ocorre puramente através de inovações tecnológicas acopladas a mudanças relevantes no processo de trabalho, formas de empresa, formas de competição, e outros problemas estritamente econômicos. Isso não é suficiente. Essa emergência também depende de inovações institucionais, destinadas a reorganizar uma formação

---

<sup>12</sup> As ordens semióticas são equivalentes às ‘ordens do discurso’ em Fairclough (1992).

social inteira, e do exercício da liderança política, intelectual e moral. Um dos aspectos disso é um novo “imaginário econômico”, para empregar meu termo. Este permite re-pensar as relações sociais, materiais e espaço-temporais, entre as atividades econômicas e extra-econômicas, as instituições e os sistemas, e a sociedade civil que os abrange. E, para ser efetivo, deve, junto com os projetos de estado e visões econômicas associados, ser capaz de fazer a tradução para um conjunto específico de ajustes materiais, sociais, espaço-temporais que, juntos, embasem uma relativa “coerência estruturada” que suporte a acumulação contínua. Se for demonstrado que isso é impossível, o novo projeto revelar-se-á “arbitrário, racionalístico, e voluntário”, em vez de que “orgânico” (GRAMSCI, 1971, p. 376-7).

Essa abordagem implica que a crise nunca é um processo puramente objetivo ou momento que produz automaticamente uma resposta particular ou saída. Em vez disso, a crise emerge quando padrões estabelecidos para se lidar com contradições estruturais, suas tendências-a-crise e dilemas não funcionam mais conforme as expectativas, e quando o fato de continuar contando com aqueles padrões arrisca agravar a situação. As crises são mais agudas quando as tendências-a-crise e tensões se acumulam em diversos momentos inter-relacionados da estrutura ou sistema em questão, restringindo o espaço de manobra perante qualquer problema particular. As mudanças no equilíbrio das forças mobilizadas por trás de -e através de- diversos tipos de luta, também desempenham um papel crucial na intensificação das tendências-a-crise, e no enfraquecimento e/ou resistência dos modos estabelecidos de gerenciamento de crise (OFFE, 1984, p. 35-64). Isso cria uma situação mais ou menos aguda de crise, um momento potencial de transformação decisiva, e uma oportunidade de intervenção também decisiva. Nesse sentido, uma situação de crise é desequilibrada: é objetivamente sobre-determinada mas subjetivamente indeterminada (DEBRAY, 1973, p. 113). E isso cria o espaço para intervenções estratégicas determinadas, redirecionando significativamente o curso dos acontecimentos, bem como para tentativas de “escapar”, na esperança (talvez vã) de que a situação se resolva por si própria, com o tempo. Em suma, as crises são momentos potências de moldagem de trajetória.

Tal moldagem de trajetória é mediada, tanto semiótica quanto materialmente. As crises incentivam a semiótica bem como a inovação estratégica. Elas suscitam, muitas vezes, uma notável proliferação das visões alternativas enraizadas nos sistemas semióticos e ordens semióticos, antigos e novos. Muitos desses invocam, repetem ou re-articulam gêneros, discursos e estilos estabelecidos; outros podem desenvolver, nem que seja parcialmente, uma “poesia para o futuro”, que ressoe com novas potencialidades (MARX, 1852/1996, p. 32-34). Qual, entre as alternativas a proliferar, se houver, seria finalmente aquela retida e consolidada, e mediada, em parte através das lutas discursivas para definir a natureza e significância da crise e o que pode decorrer desta. Se a crise pode ser interpretada como crise *na* ordem econômica existente, então, a fim de re-regular a ordem, serão primeiro tentadas uma revolução passiva e reformas menores. Em caso de fracasso, e/ou se a crise já for interpretada inicialmente como crise *da* ordem econômica existente, abre-se um espaço discursivo para explorar mudanças mais radicais. Em ambos os casos os conflitos também dizem respeito a como o custo do gerenciamento da crise é distribuído e as melhores políticas para sair da crise.

Em períodos de reestruturação maior, é possível que diversas narrativas econômicas, políticas e sócio-culturais, se entrecruzem ao buscar dar sentido aos problemas atuais, interpretando-os em termos de fracassos passados e possibilidades futuras. Diferentes forças sociais, nos domínios privado e público, propõem novas visões, projetos, programas e políticas, fazendo crescer a luta pela hegemonia. A plausibilidade dessas narrativas, e seus projetos e estratégias associados, dependem de sua ressonância (daí sua capacidade de reinterpretar e mobilizar) com as narrativas pessoais (inclusive as partilhadas) de classes significantes, estratos, categorias sociais, ou grupos afetados pela ordem econômica e política do pós-guerra. Além do mais, embora sejam possíveis várias narrativas plausíveis, seus narradores não serão igualmente efetivos ao comunicarem suas mensagens e assegurarem o suporte para as lições que esperam tirar. Isso dependerá da “rede de

interlocução”<sup>13</sup> prevalente, e de suas seletividades discursivas, da organização e operação da comunicação de massa, o papel dos intelectuais na vida pública e os aparatos privados de dominação econômica, política e ideológica<sup>14</sup>. Essas questões vão obviamente muito além de um problema de narratividade e/ou constrições enraizadas em gêneros organizacionais ou institucionais específicos, dentro das numerosas condições extra-discursivas do apelo narrativo e de ordens semióticas estáveis. O fato de essas meta-narrativas institucionais possuírem uma ressonância poderosa não significa que elas devam ser consideradas em seu valor nominal. Todas as narrativas são seletivas, apropriam-se de certos argumentos e os combinam de maneiras específicas. Nesse sentido, é preciso considerar o que, no discurso oficial, ficou não-declarado ou calado, ou ainda reprimido ou suprimido.

Dadas essas considerações gerais, uma solução efetiva à busca de uma ordem macro-econômica significativa “pós-Fordista”, em um mercado mundial cada vez mais integrado, envolveria um “imaginário econômico” que satisfizesse dois requisitos. Um, poderia informar e moldar estratégias econômicas em todas as escalas, desde a empresa até a economia mais ampla, em todas as escalas territoriais, desde a escala local, regional, nacional até a escala supra-nacional, e no que diz respeito à operação e articulação de forças de mercado, e de seus suportes do não-mercado. Dois, poderia informar e moldar projetos de estado e visões hegemônicas, em diferentes escalas, proporcionando orientação frente à incerteza política e social, e oferecendo um meio de integrar narrativas privadas, institucionais e mais amplas sobre experiências passadas, dificuldades presentes, e prospectos futuros. Quanto mais campos desses puderem ser endereçados por um novo imaginário econômico, maior será a ressonância e influência deste<sup>15</sup>. Isso explica o poder da KBE como crescente discurso dominante e hegemônico, capaz de enquadrar lutas mais amplas contra lideranças políticas, intelectuais e morais, em várias escalas, bem como em mais campos concretos da reforma técnica e econômica (ver tabela 1). A idéia de base está sendo articulada em muitas escalas, do local ao global, em muitos sítios organizacionais e institucionais, que vão desde firmas até estados, em muitos sistemas funcionais, como a educação, ciência, saúde, previdência social, legislação e política, bem como a economia em sentido estrito, e a esfera pública e o “mundo da vida”. Isso foi traduzido em várias visões e estratégias (ex.: máquinas inteligentes e sistemas especialistas, indústrias criativas, centralização crescente da propriedade intelectual, educação permanente, sociedade da informação, ou surgimento das cibercomunidades). E pode ser influenciado de formas neo-comunitárias, neo-estadistas, neo-corporatistas e neo-liberais – que, muitas vezes, parecem funcionar como um teste de Rorschach para sustentar alianças e compromissos institucionalizados em meio a interesses muito díspares.

<b>Tecnologia</b>	Máquinas inteligentes – produtos inteligentes – sistemas especialistas – novos materiais – desmaterialização – <i>wetware</i> , <i>netware</i> – tecnologias de informação e comunicação – auto-estradas da informação– sistemas de inovação
-------------------	--

<sup>13</sup> Uma teia de interlocução compreende meta-narrativas que revelam interligações entre uma ampla gama de interações, organizações e instituições e/ou ajudam a dar sentido a épocas inteiras (Somers 1994: 614).

<sup>14</sup> A respeito da seletividade discursiva, ver Hay 1996 e Somers 1994; a respeito de seletividade estrutural, ver Jessop 1990.

<sup>15</sup> Minha abordagem relacional-estratégica é com essa afirmação mas também realça que as constrições são relativas a atores específicos, identidades, interesses, estratégias, horizontes espaciais e temporais, etc. (ver Jessop 2002).

<b>Economia</b>	Criação de conhecimento – Gerenciamento de conhecimento – Firms baseadas em conhecimento – organização do ensino – serviços empresariais de conhecimento-intensivo – info-mediadores– redes de conhecimento embutidas– comércio eletrônico – economia do aprendizado – acumulação reflexiva
<b>Capital</b>	Capital de conhecimento – capital intelectual – direitos de propriedade intelectual – capitalismo informacional – tecno-capitalismo – capitalismo digital – capitalismo virtual – bio-capitalismo
<b>Trabalho</b>	Teletrabalho – trabalho intelectual – trabalhadores do conhecimento – analistas simbólicos – trabalho imaterial – conhecimento tácito – capital humano – intelectuais especialistas – ciborgs
<b>Ciência</b>	Base de conhecimento – inovação – revolução científica e técnica –ciências da vida – previsão tecnológica – tripla hélice
<b>Educação</b>	Educação permanente – sociedade do aprendizado – universidades empresariais – fábricas de conhecimento – tecnologias educacionais avançadas
<b>Cultura</b>	Indústrias criativas – indústrias da cultura – commodities culturais – cibercultura – tecno-cultura
<b>Direito</b>	Direitos de propriedade intelectual – direito à informação – objetos imateriais – biopirataria
<b>Estado</b>	Estado virtual – governo eletrônico – ciência política – política de inovação

	– política de alta-tecnologia – política baseada em evidências
<b>Política</b>	Democracia eletrônica – ciber-política – hacktivismo

**Tabela 1:** Alguns termos representativos ligados à KBE em diferentes sistemas funcionais e na sociedade mais ampla

**Fonte:** observações do autor

A KBE parece ter se tornado uma narrativa econômica mestre, em muitas estratégias de acumulação, projetos de estado e visões econômicas, para ganhar, nos anos 1990, um papel decisivo na guagem e reforço das atividades voltadas para a consolidação de um regime de acumulação pós-Fordista relativamente estável, e seu correspondente modo de regulação. Dada a proliferação de discursos durante a crise emergente *no/do* Fordismo Atlântico, diferentes processos estiveram envolvidos em uma *maior ressonância* (e, portanto, seleção) de certos discursos da KBE, e sua *institucionalização subsequente* (ou retenção) de estratégias econômicas relativamente coerentes, projetos políticos e visões econômicas, orientados para a KBE, e organizados em torno desta. Da fato, há um deslize entre a ressonância discursiva em uma dada conjuntura e uma materialidade institucional última, relativamente duradoura.

Contudo, tomando os devidos cuidados com a fragilidade das predições, ao passar de uma longa vaga de desenvolvimento capitalista para outra (PEREZ, 2002), parece que a KBE foi o discurso “selecionado” entre aqueles, numerosos, competindo no que diz respeito aos futuros pós-Fordistas, como também ela está agora sendo “retida” por uma rede de práticas complexa e heterogênea, através de diversos sistemas e escalas de ação. Quanto a saber se a KBE também oferece uma descrição cientificamente adequada da economia atual, em toda sua complexidade caótica, isso é um outro problema. Mas ela corresponde, de maneira significativa, às mudanças nas tecnologias centrais, processos de trabalho, formas de empresa, modos de competição, e “políticas de identidade” econômica, que começaram a emergir muito antes da KBE afirmar, finalmente, sua hegemonia sobre os outros relatos dessas mudanças. Desde então, ela também conquistou um papel crucial na consolidação destes, por sua capacidade de ligar diferentes conjuntos de interesses ideais e materiais, através de um grande escopo de organizações, ordens institucionais, sistemas funcionais e “mundo da vida”, e, por isso, capacidade de fornecer direções estratégicas para tentativas de resposta a novas ameaças e oportunidades, perturbações materiais, e um sentido geral de desorientação, em um mundo aparentemente ingovernável e fugidio. Em suma, a KBE é uma interpretação discursiva, que possui boas perspectivas de tradução em realidade material.

O surgimento da KBE como narrativa mestra não tem nada de inocente. Ao mesmo tempo que possui raízes materiais e ideológicas nos debates dos anos 1960 sobre pós-industrialismo, ganhou ímpeto nos anos 1980, enquanto os capitalistas americanos, e os *managers* do estado, procuraram uma resposta efetiva à competitividade crescente de seus rivais da Europa e do Leste asiático. Vários estudos acadêmicos, relatórios de *think tanks* e estudos oficiais, indicavam que os EUA ainda eram competitivos nos setores de ponta da KBE. Esse último termo foi uma inovação discursiva independente importante, que “re-classificou” bens, serviços, indústrias, cadeias de *commodities* e formas de competitividade. Essa pesquisa suscitou uma campanha concertada para desenvolver a base material e ideológica de uma nova estratégia de acumulação, fundamentada no aprofundamento e ampliação da KBE, e da extensão maciça dos direitos de

propriedade intelectual para proteger e estender a dominância do capital dos EUA, tendo em vista a antecipação da próxima nova onda longa. Isso reflete uma política neo-liberal para o capital produtivo, que salvaguarda os super-lucros dos EUA, por trás da máscara do livre comércio na propriedade intelectual, complementando assim sua política neo-liberal para o capital financeiro. A nova estratégia foi traduzida em uma campanha hegemônica exitosa (blindada por precedentes legais e jurídicos, disseminação de normas técnicas dos EUA e normas sociais de produção e consumo, alavancagem do comércio bilateral, pressões diplomáticas diretas e unilateralismo sanguíneo), visando persuadir outros estados a adotarem a agenda da KBE. De fato, a KBE foi acolhida calorosamente como narrativa e estratégia mestras, por outras forças políticas líderes – que vão desde as agências internacionais (em particular a OCDE, a OMC, mas também o FMI, o Banco Mundial e UNCTAD)<sup>16</sup> passando pelos blocos econômicos regionais e arranjos intergovernamentais (ex: EU, APEC, ASEAN, Mercosul, NAFTA)<sup>17</sup> e estados nacionais individuais com papéis diversos na divisão mundial do trabalho (ex.: Nova Zelândia, Coreia do Sul, Alemanha, Colômbia), até um grande leque de províncias, regiões metropolitanas e pequenas cidades.

Como o Fordismo, que foi narrativa e estratégia mestras antes dela, a KBE pode ser influenciada para atender a diferentes tradições, nacionais e regionais, e diferentes interesses econômicos. A KBE também pode ser utilizada para guiar as estratégias políticas e econômicas, em todos os níveis, desde o processo de trabalho até qualquer modo compreendido na societalização, passando pelo regime de acumulação e seu modo de regulação. Além do mais, uma vez aceita como modo narrativo mestre, com todas as suas nuances e escopo de interpretação, torna-se mais fácil, para a variante neo-liberal da KBE, moldar o desenvolvimento da economia mundial baseada em conhecimento, através do simples peso da economia dos EUA, bem como através do exercício da dominação econômica, política e intelectual.

Tendo dito isso, há com certeza um espaço para visões contra-hegemônicas da KBE, e disputas sobre a melhor forma de promovê-la. É o que pode ser visto nos novos exercícios de teste de competitividade internacional, conduzidos pelo Fórum Econômico Mundial de 1998 em diante, com os EUA neo-liberais e a Finlândia neo-corporatista revezando-se no primeiro lugar por quatro anos (ver PORTER et al., 2000; World Economic Forum 2002<sup>18</sup>). Igualmente, na reunião de cúpula de Lisboa em 2000, a União Européia procurou tornarse liderança mundial da KBE, ao mesmo tempo em que protegia o Modelo Social Europeu e os modos de desenvolvimento de meta-governança, mais baseados em parceria social do que nas puras forças de mercado (TELÒ, 2002). Esse espaço disponível dentro do discurso da KBE para tais disputas ajuda a reproduzir o discurso geral dentro do qual se enquadram.

## Observações finais

Este artigo defende um engajamento teórico e empírico entre uma análise semiótica crítica de cunho materialista e uma economia política evolucionária e institucional informada pela “virada cultural”. Fundamenta-se em trabalho meu anterior sobre a teoria do estado e a economia política e meu engajamento crítico com a análise de discurso pré-teórica de Marx<sup>19</sup>, e os complexos

---

<sup>16</sup> Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento

<sup>17</sup> Estados Unidos, APEC, Associação das Nações do Leste Asiático, Mercado Comum da América do Sul, North American Free Trade Association (Associação de Livre Comércio da América do Norte)

<sup>18</sup> A neo-estatista Cingapura “conquistou” o segundo lugar em 2003, depois dos EUA, e antes da Finlândia.

<sup>19</sup> A esse respeito, ver Graham e Fairclough (2000).

estudos filológicos e sobre hegemonia materialista e de Gramsci. Outros autores chegaram a conclusões semelhantes seguindo caminhos diferentes, e utilizaram outras etiquetas para descrevê-las. O que mais distingue a CPE apresentada aqui das abordagens aparentemente semelhantes é a aplicação da teoria evolucionária à semiose assim como à política econômica e sua resultante transformação mútua.

Concluirei com as seguintes observações. Primeiro, na medida em que a semiose é estudada separadamente de seu contexto extra-semiótico, os relatos resultantes de causalidade serão incompletos, levando a um reducionismo e/ou imperialismo semiótico. Segundo, na medida em que a transformação material é estudada separadamente de suas dimensões semióticas e mediações, há um risco de que as explicações de estabilidade e mudança oscilem entre objetividade necessária e pura contingência. Para evitar esses problemas gêmeos, a CPE busca uma via entre a “economia cultural mole” e a “economia ortodoxa dura”. Enquanto a primeira subsuma as atividades econômicas em vastas generalizações sobre vida social e cultural (especialmente seu caráter semiótico inevitável), a segunda reifica as atividades formais, calculadoras e racionais de mercado e as analisa separadamente de sua significância discursiva e de seus contextos e suportes extra-econômicos mais abrangentes. . A primeira tendência é comum na sociologia econômica, ou defende a “culturalização” da vida econômica na nova economia (ex: LASH; URRY, 1994); também consta de outras obras teórico-discursivas, como o trabalho sobre materialismo cultural (WILLIAMS, 1980; MILNER, 2002), a mediação linguística de atividades econômicas (GAL, 1989), ou os antagonismos econômicos (LACLAU; MOUFFE, 1985). Infelizmente, do meu ponto de vista, ao mesmo tempo que essas correntes rejeitam uma divisão nítida entre o cultural e o material, e salientam as dimensões culturais da vida material, por outro lado elas tendem a perder de vista a especificidade das diferentes formas econômicas, as contradições, instituições e formações, e daí em diante. No caso, o risco é de não poder fazer a distinção, *em termos materiais*, entre as práticas, instituições e formações econômicas capitalistas e não-capitalistas – já que todas elas se tornam igualmente discursivas e só podem ser diferenciadas através de suas práticas semióticas, sentidos e contextos respectivos, e de seu impacto performativo. A “economia ortodoxa dura”, tende, ao contrário, a traçar uma demarcação rígida entre o econômico e o cultural, reificando os objetos econômicos, naturalizando o *homo economicus*, e propondo leis econômicas rígidas. Na sua forma mais extrema, leva a reivindicações universalizantes e trans-históricas, válidas para todas as formas de provisões materiais; noutros casos, tende a separar as atividades econômicas de seus suportes extra-econômicos, para considerar a economia como um sistema com leis próprias, que se auto-reproduz e auto-expande, e que tende a fornecer uma sustentação teórica ao reducionismo econômico.

Ao oferecer uma “terceira via”, a CPE, pelo menos tal como a apresentamos aqui, salienta que o capitalismo envolve uma série de formas específicas (a forma de *commodity*, dinheiro, salários, preços, propriedade, etc) associadas à produção generalizada de *commodities*. Essas formas têm seus próprios efeitos, que devem ser analisados enquanto tais, e que moldam, portanto, a seleção e retenção dos imaginários econômicos em competição. Assim, uma CPE marxista rejeitaria vigorosamente a reunião de discursos e práticas materiais, bem como o imperialismo-do-discurso mais geral, que tem afligido, por duas décadas, a teoria social. Também poderia ser um meio possante, tanto para criticar quanto para contextualizar as argumentações recentes sobre a “culturalização” da vida econômica, considerando essas argumentações como elementos dentro de um imaginário econômico com um impacto potencialmente performativo, e como um reconhecimento errôneo e tardio das dimensões de todas as atividades econômicas (para visões por vezes contrastantes, ver DU GAY; PRYKE, 2002; RAY; SAYER, 1999). E, além do mais, como muitos teóricos o notaram em vários contextos (e que os Marxistas ortodoxos à vezes esquecem), a reprodução das formas básicas da relação do capital e suas instanciações particulares, em diferentes formações sociais, não podem ser garantidas puramente através da

lógica objetiva do mercado ou de uma dominação que operaria “à revelia dos produtores”. De fato, as leis da movimentação do capital são duplamente tendenciais, e dependem de práticas sociais contingentes que vão muito além daquilo que é por vezes interpretado ou construído como econômico. A CPE também oferece um corretivo para esses problemas. Isso é devido, em parte, à ênfase dada ao papel material constitutivo dos suportes extra-econômicos das forças de mercado. Mas também salienta como os diferentes imaginários econômicos servem para estabelecer uma demarcação entre as atividades econômicas e as atividades, instituições e ordens extra-econômicas e, daí, como a semiose também é constitutiva da garantia das condições para a acumulação de capital.

Artigo recebido em 25/07/2010 e aprovado em 10/08/2010

## Referências

ARCHER, M. S. *Being Human*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BAYARD, J. F. L'invention paradoxale de la mode économique. In J.F. Bayard (org) *La réinvention du capitalisme*. Paris: Éditions Karthala, 1994, p. 9-43.

BOLTANSKI, L. and Chiapello, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

CAMPBELL, D. T. Variation and selective retention in socio-cultural evolution. *General Systems*, 14, 1969, p. 69-86.

DALY, G. The discursive construction of economic space. *Economy and Society*, 20(1), 1991, p. 79-102.

DEBRAY, R. *Prison Writings*. (R. Sheed, Trans.). Londres: Allen Lane, 1973.

DU GAY, P. and Pryke, R. (org.). *Cultural Economy*. Londres: Sage, 2002.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing Discourse. Textual Analysis for Social Research*. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N., Jessop, B., & Sayer, A. Critical realism and semiosis. In J.M. Roberts and J. Joseph (org.), *Realism, Discourse and Deconstruction*. Londres: Routledge, 2003, p. 23-42.

GAL, S. Language and political economy. *American Review of Anthropology*, 18, 1989, p. 345-367.

GRABHER, G. *Lob der Verschwendung. Redundanz in der Regionalentwicklung: ein sozioökonomisches Plädoyer*. Berlin: Edition Sigma, 1994.

GRAHAM, P. and FAIRCLOUGH, N. Marx and discourse analysis: genesis of a critical method. *Estudios de Sociolingüística*, 3(1), 2000, p. 185-229.

GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks*. (Q. Hoare and G. Nowell-Smith, Trans.). London: Lawrence & Wishart, 1971.

- HAY, C. Narrating crisis: the discursive construction of the 'Winter of Discontent'. *Sociology*, 30(2), 1996, p. 253-277.
- JESSOP, B. *State Theory: Putting the Capitalist State in its Place*. Cambridge: Polity, 1990.
- \_\_\_\_\_. Capitalism, the regulation approach, and critical realism. In A. Brown *et al.* (org.), *Critical Realism and Marxism*. Londres: Routledge, 2001, p. 188-115.
- \_\_\_\_\_. *The Future of the Capitalist State*. Cambridge: Polity, 2002.
- \_\_\_\_\_. Governance and meta-governance. On reflexivity, requisite variety, and requisite irony. In H. Bang (org.), *Governance as Social and Political Communication*. Manchester: Manchester University Press, 2003, p. 101-116.
- JESSOP, B. and SUM, N.-L. An entrepreneurial city in action. *Urban Studies* 37(12), 2000, p. 2290-2315.
- JESSOP, B. and SUM, N.-L. Pre-disciplinary and post-disciplinary perspectives in political economy. *New Political Economy* 6 (1), 2001, p. 89-101.
- LACLAU, E. and MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy*. London: Verso, 1985.
- LASH, S. and URRY, J. *Economies of Signs and Space*. London: Sage, 1994.
- MALPAS, J. and WICKHAM, G. Governance and failure: on the limits of sociology. *Australian and New Zealand Journal of Sociology* 31(3), 1995, p. 37-50.
- MARX, K. *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. In *Marx: Later Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1852/1996, p. 31-127.
- MILLER, P. and ROSE, N. Governing economic life. *Economy and Society* 19(1), 1993, p.1-31.
- MILNER, A. (2002). *Re-imagining Cultural Studies. The Promise of Cultural Materialism*. London: Routledge.
- MITCHELL, T. The limits of the state: beyond statist approaches and their critics. *American Political Science Review* 85(1), 1991, 77-96.
- OFFE, C. *Contradictions of the Welfare State*. London: Hutchinson, 1984.
- PEREZ, C. *Technological Revolutions and Financial Capital*. Chelmsford: Edward Elgar, 2002.
- POLANYI, K. (1982). The economy as instituted process. In M. Granovetter and R. Swedberg (org.). *The Sociology of Economic Life*. Boulder: Westview, p. 29-51.
- PORTER, M. E. et al. *The Global Competitiveness Report 2000*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- RAY, L. and SAYER, A. (org.). *Culture and Economy after the Cultural Turn*. London: Sage, 1999.
- SAYER, A. *Realism and Social Science*. London: Sage, 2000.
- SOMERS, M. R. The narrative constitution of identity: a relational and network approach. *Theory and Society* 23(4), 1994, p. 605-649.

SUM, N.-L. and Jessop, B. *The Economic Institutions of Culture: Towards a Cultural Political Economy*. Cheltenham: Edward Elgar, no prelo.

TELÒ, M. Governance and government in the European Union: the Open Method of Coordination. In M. J. Rodrigues (org.). *The New Knowledge Economy in Europe*. Cheltenham: Edward Elgar, 2002, p. 242-272.

WICKMAN, G. Power and power analysis: beyond Foucault? *Economy and Society* 12(4), 1987, p. 468-498.

WILLIAMS, R. *Problems in Materialism and Culture*. London: Verso, 1980.

WORLD ECONOMIC FORUM *The Global Competitiveness Report 2002-2003*. Oxford: Oxford University Press, 2003.